



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Habitação
Departamento de Habitação Rural

**4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DO MCMV RURAL
Instituído pela Portaria MCID nº 646, de 65 de junho de 2023**

1. **DATA:** 9 de maio de 2024
2. **LOCAL:** Secretaria Nacional de Habitação, reunião presencial
3. **PRESENTES**

3.1 MEMBROS

Secretaria Nacional de Habitação MCID	Hailton Madureira de Almeida Mirna Quinderé Belmino Chaves Monique Toledo Salgado Maria Alice Bueno Accorsi Cláudia Lúcia Soares
Caixa Econômica Federal, agente financeiro	Noemi da Aparecida Lemes Francisco Cardeal Neto
Min. do Desenv. Agrário e Agricultura Familiar	Larissa Alves Lacerda
Min. dos Povos Indígenas	Jecinaldo Satere
CONTAG	José Arnaldo de Brito Vânia Marques Pinto
CONTRAF	Eustácio Magno de Souza Macêdo Ari José Pertuzatti
MCP	Lucas Henrique Alves de Moraes
MST	José Eduardo Gomes de Moraes
UNMP	Alberto Freire da Silva Osmundo Joaquim Neves da Silva

3.2 CONVIDADOS

MCID/SNH/DHR	Martin Valero
Caixa Econômica Federal, gestor operacional	Poliana rocha Oliveira
CONAQ	Denildo Rodrigues de Moraes (Bico)
CONTRAF	Paulo Neto

4. PAUTA

- 4.1 Processo de contratação e encaminhamentos

5. DESENVOLVIMENTO DA PAUTA

O Secretário Nacional de Habitação abriu os trabalhos informando que o objetivo da reunião era o de discutir as etapas do processo de contratação das propostas selecionadas do MCMV Rural, conforme divulgado pela Portaria MCID nº 354, de 9 de abril de 2024, discutir os problemas que podem ou que já estão surgindo e serem superados pelo agente operador, pelo agente financeiro e pelo gestor das linhas de atendimento e dar encaminhamento para estes problemas.

A discussão foi encaminhada por tópicos, conforme assuntos indicados pelos participantes no início da reunião, quais sejam:

- a) renda familiar;
- b) CadÚnico;
- c) situação da gleba objeto das propostas;
- d) projetos de engenharia e arquitetura; e
- e) CADIN ;
- f) outros assuntos.

Os movimentos relataram um problema relativo a famílias que têm **renda** de dois aposentados pensionistas e mais uma renda oriunda da produção agrícola. Nestes casos, o CAF das famílias de agricultores familiares sempre apresentará uma renda superior à renda máxima estabelecida para a Faixa Rural 1.

Outro problema relativo à renda de agricultor familiar é que o CAF apropria a renda bruta familiar, que considera o custo da produção, o que muitas vezes compromete boa parte do valor da renda bruta. Por esse motivo, os movimentos solicitam que o MCID avalie junto ao MDA uma forma de descontar o valor investido na produção. O MCID e o MDA se comprometeram a verificar essa pauta.

Representantes indígenas e quilombolas consultaram qual a forma de comprovação de renda aceita pelo MCMV Rural para essas comunidades. O MCID esclareceu que as famílias quilombolas ou indígenas e demais comunidades tradicionais alcançadas pela Lei nº 11.326, de 2006, somente deverão apresentar o CAF se auferirem renda em atividades agropecuárias no seu território. Caso desempenhem outras atividades, deverão apresentar o registro em carteira de trabalho ou comprovantes de pagamento por serviços prestados nos moldes definidos pelo agente financeiro.

Em relação ao **CadÚnico**, a reivindicação das entidades é a de que seja retirada a exigência de registro das famílias no cadastro, tendo em vista a morosidade de atendimento dos CRAS municipais, responsáveis pelo registro, e a falta de interesse de algumas administrações em viabilizar iniciativas de entidades que não envolvam a participação da administração municipal. Os movimentos questionaram se não é possível que CAIXA ou MDS possam fazer esse papel.

Foi ponderado pelo MCID e pela CAIXA que todos os programas sociais do Governo Federal devem ser registrados no CadÚnico para controle, gestão e monitoramento do atendimento da população de menor renda pelas ações governamentais e que o CadÚnico simplifica o trabalho de verificação de diversas exigências de comprovação, por parte da CAIXA, e diminui a quantidade de comprovações necessárias, por parte das famílias. O que justifica a manutenção da exigência de registro das famílias no CadÚnico. Também foi informado aos movimentos que, por lei, só os municípios podem fazer registros no CadÚnico.

Outra consideração feita pelo MCID é que, dada a necessidade de que as famílias estejam registradas para ter acesso a qualquer programa social do Governo Federal, é possível que grande parte dos beneficiários já tenham esse registro e que se precisa conhecer o universo do problema apontado pelos movimentos.

Como encaminhamento, o MCID se propôs a fazer gestão junto às administrações municipais naqueles município em que o registro está apresentando problemas, a partir de indicação objetiva dos movimentos, e a solicitar ao MDS que informe antecipadamente às administrações municipais sobre a demanda que acontecerá em breve, apresentando a esse Ministério a lista dos municípios selecionados.

Em relação à **gleba**, foram apresentadas pelos movimentos alguns questionamentos.

O primeiro é sobre a ausência de um campo que constava anteriormente *no check list* da CAIXA e que afeta diretamente as comunidades quilombolas. A CAIXA informou que vai verificar e que, caso o campo não conste do *check list*, comprometeu-se a incluí-lo novamente. Trata-se de um campo de comprovação da titularidade da gleba que indica a opção de apresentação de “declaração do INCRA, caso o processo de titulação da área esteja em andamento”.

Outro ponto trazido pelos movimentos sobre a gleba é que alguns escritórios locais do INCRA não estão aceitando que o filho de assentado construa no terreno do pai. Sobre a matéria, foi pactuado que o Ministério das Cidades procurará esclarecer com o INCRA se existe esta vedação e, caso não exista, solicitar que seja dado encaminhamento correto junto a suas unidades estaduais.

Em relação aos **projetos de engenharia**, a solicitação trazida pelos movimentos foi sobre a necessidade de que seja expurgado do orçamento da unidade habitacional apresentado pelas EOs o valor a mão de obra nos casos em que a obra aconteça por meio de autoconstrução ou autogestão. A CAIXA sugeriu e foi acatado que o assunto seja tratado em reunião específica entre o agente financeiro, com a presença de sua equipe de engenharia, e os movimentos.

Quanto ao **CADIN**, os movimentos reivindicaram que a análise seja feita somente em relação ao beneficiário principal e não em relação a todos os membros da família. O MCID informou que aprofundará o assunto e fará consulta à legislação pertinente.

Foram trazidos **outros assuntos** à reunião, além daqueles pactuados no início dos trabalhos.

Foi levantado questionamento dos movimentos quanto a problemas que podem surgir com a aplicação do art. 3º da Portaria nº 354, de 9 de abril de 2024, que divulga as propostas selecionadas pelo processo seletivo instituído pela Portaria nº 743, de 2023. Segundo o dispositivo, EOs que não conseguirem atender aos requisitos de contratação no prazo estabelecido poderão solicitar sua substituição e indicar nova entidade, que a substituirá. Alegam que uma entidade que não tem capacidade de contratar não deveria ser aquela que indica nova entidade para substituí-la. Recomendam que sejam as famílias a indicar a nova entidade. O Ministério das Cidades, mesmo considerando justa a reivindicação, informou que para esta seleção não é possível alterar este dispositivo e que procederá a análise da sugestão dos movimentos em futuras seleções.

Os movimentos solicitaram também que fosse fornecido um calendário de contratação, do qual constassem os prazos a serem atendidos em cada etapa intermediária, de forma a que a contratação se dê no prazo de cento e oitenta dias. O Ministério das Cidades informou que, definido o prazo final de contratação, é o agente financeiro, juntamente com o agente operador, que deve estabelecer os prazos intermediários com base em suas capacidades técnicas e de recurso humanos. Sobre o assunto, ficou pactuado que a CAIXA, como agente financeiro, vai estabelecer um calendário e informá-lo ao agente operador, para que este dê publicidade à matéria.

Tratados todos os assuntos da pauta e feitos os encaminhamentos, a reunião foi encerrada.